

A PRÁTICA DOCENTE NO CÁRCERE PRIVADO DE UMA INSTITUIÇÃO PRISIONAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PRACTICE TEACHING IN PRISON PRIVATE INSTITUTION OF A PRISON OF PERNAMBUCO STATE

Rafaela Tamires da Silva MIGUEL¹

1. Mestra em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade – FARNORTE.

RESUMO: Esta pesquisa busca compreender o papel da educação dentro de uma instituição prisional pelo olhar de seus atores, ou seja, alunos e professores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem em uma escola inserida em uma unidade prisional do Estado de Pernambuco. Buscamos compreender os limites e possibilidades para a promoção da educação nesse contexto. Como base teórica, discorremos a respeito da história do sistema prisional brasileiro, a prática docente no cárcere a partir de uma perspectiva sociocultural e as políticas públicas voltadas para o tema. A análise dos depoimentos de alunos e professores envolvidos nos mostra limitações, desafios e possibilidades para a promoção da educação dentro do sistema prisional, bem como as necessidades e expectativas dos envolvidos.

Palavras-chave: Educação nas prisões, Prática Pedagógica, Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT: This research seeks to understand the role of education within a correctional institution through the eyes of its stakeholders, namely students and teachers involved in the teaching-learning process in a school placed in a prison unit of the State of Pernambuco. We seek to understand the limits and possibilities for the promotion of education in this context. As a theoretical basis, we discuss about the history of the Brazilian prison system, the teaching practice in prison from a sociocultural perspective and public policies aimed at the subject. The analysis of the testimonies of students and teachers involved shows us limitations, challenges and possibilities for the promotion of education within the prison system as well as the needs and expectations of those involved.

keywords: Education in Prisons, Teaching Practice, Teaching and Learning.

1 INTRODUÇÃO

A educação no ambiente prisional pode ter uma função transformadora, pois aponta várias possibilidades tanto de tempo como de espaço na cultura prisional. A leitura e escrita no ambiente prisional são fundamentais, pois não ter essas habilidades implica dependência e dominação na e pela linguagem. É com esses conhecimentos que os detentos podem escrever e ler cartas e bilhetes e acompanhar o desenrolar dos seus

93

processos criminais. Com isso, eles podem adquirir autonomia e privacidade (ONOFRE, s/d).

Assim, buscou-se nesta investigação compreender os limites e possibilidades para a promoção da educação nestes contextos. A opção por esse tema se deu a partir da nossa experiência docente com jovens e adultos que se encontravam encarcerados.

Um fator motivador para esta pesquisa o nosso desconhecimento de propostas educacionais voltadas para o público privado de liberdade, inclusive de programas específicos de formação de docentes para esta modalidade.

Observa-se, ao longo de nossa trajetória, que as escolas inseridas nos presídios enfrentam uma situação de invisibilidade social e política. Portanto, é preciso destacar que a presença da sociedade civil no ambiente prisional por meio de atividades de investigação e ensino são importantes para promover o debate sobre estas questões, bem como para que os detentos se sintam valorizados.

Dessa forma, a educação nos presídios e penitenciárias, responsabilidade do Estado, deve ser cobrada e acompanhada por toda a sociedade. Temos um enorme desafio em propiciar aos educandos a oportunidade de uma educação humanizadora e emancipatória, capaz de contribuir na existência de projetos individuais e coletivos. Segundo Haddad (2003):

“As pessoas que passam por processos educativos, em particular pelo sistema escolar, exercem melhor sua cidadania, pois têm melhores condições de realizar e defender os outros direitos humanos. A educação escolar é base constitutiva na formação do ser humano, assim como na defesa e promoção de outros direitos”.

Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo, compreender o papel da educação dentro de uma instituição prisional pelo olhar de seus atores, ou seja, alunos e professores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem em uma escola inserida em uma unidade prisional do estado de Pernambuco.

2 METODOLOGIA

A partir da citação de Moita Lopes (2009) de que “fazer pesquisa pode ser um modo de reinventar a vida social e de nos fazer pensar sobre os significados que

construímos em nossas práticas e sobre os sofrimentos que acarretam” (p. 18), para realizar este estudo, que – como relatado anteriormente - tem como objetivo geral compreender os sentidos atribuídos por alunos e professores ao processo de ensino-aprendizagem no contexto do cárcere privado, optou-se por uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa.

Neste sentido, é importante compreender que abordagens quantitativas e qualitativas não são excludentes, pois existem fatos que são do domínio quantitativo e outros do domínio qualitativo. Nesta pesquisa foram utilizados como instrumentos de coleta de dados os questionários e observações.

Segundo Oliveira (1999) apud Oliveira (2005):

“As abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo das mudanças na criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos”.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada. De acordo com Barros e Leheld (2000, p. 78), a pesquisa aplicada tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados. A pesquisa aplicada necessita de dados os quais podem ser coletados de formas diversificadas por meio de pesquisas de campo, gravações, questionários, análise de documentos, etc.

Para realizar este estudo, optou-se por uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa, pois tal abordagem busca compreender profundamente o sentido presentes/ausentes da educação no ambiente prisional.

Para Andrade (2002), A pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los, interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano, são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador. Segundo Oliveira (2005):

“As abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo das mudanças na criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos”.

Buscando uma postura de neutralidade voltada para as contradições do espaço pesquisado, foram selecionados como participantes da pesquisa 10 alunos e 10 professores da escola pesquisada, que está inserida em um presídio localizado em um município do Estado de Pernambuco.

Como instrumento de coleta de dados optamos pelas observações e pelos questionários. No que se referem às observações, elas foram feitas de forma participante. De acordo com Oliveira (2005, p. 85). “a técnica da observação deve ser bem planejada para posterior sistematização do dado coletado embora exista a possibilidade de serem feitas observações assistemáticas”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Pensando os limites e as possibilidades para a promoção da educação em presídios

O Sistema Penitenciário Brasileiro tem sua história marcada por vários episódios que marcam um descaso com as políticas públicas na área penal. Neste sentido, em “Vigiar e punir”, Foucault (1987) introduz o termo “Anatomia Política” para designar as marcas que a aplicação disciplinaria deixa impressa no corpo, sendo capaz de modelar uma anatomia política colocada a serviço de certas operações, exercícios e técnicas.

Machados *et. al.* (2013) argumentam que o conceito de prisão como pena surgiu nos mosteiros durante a idade média e tinha como principal propósito punir os monges e os clérigos que não cumpriam com as suas obrigações de forma a coagi-los a se recolher nas celas e a se dedicar à meditação com vistas ao arrependimento de suas ações, visando assim, desta forma, se aproximar mais de Deus.

Segundo Pedroso (1997):

“A primeira menção à prisão no Brasil foi dada no Livro V das Ordenações Filipinas do Reino, Código de leis portuguesas que foi implantado no Brasil durante o período colonial. O Código decretava a Colônia como presídio de degredados. A pena era aplicada aos alcoviteiros, culpados de ferimentos por arma de fogo, duelo, entrada violenta ou tentativa de entrada em casa alheia, resistência a ordens judiciais, falsificação de documentos, contrabando de pedras e metais preciosos (PEDROSO, 1997, p. 10).

A prisão, no ponto de vista do aparelho reformador dos indivíduos, recebeu uma

atenção preferencial dos juristas. Neste sentido, Foucault argumenta que o exercício do poder necessitava de tudo um maquinário complexo (espaços físicos e discursivos do poder; espaços arquitetônicos: prisão, asilo, escola, fábrica) que permitissem personificar as relações de poder, seja na figura do legislador, seja na figura de quem o exercia.

Para Portugueses (2001), a prisão vem proporcionar aos encarcerados um novo meio de socialização para o crime. Mas este não vem a ser o único fator que leva à reinserção do detento no meio social, existem vários outros fatores que o ex-detento carrega ao sair do âmbito prisional, além disso, deveriam existir políticas públicas que assegurassem ao ser apenado continuar no processo de reintegração fora das unidades prisionais.

Mesmo com todo desenvolvimento ocorrido no século XIX, nenhum estado brasileiro conseguiu implantar um sistema eficiente de segurança, pois a criminalidade a cada dia que passava crescia mais e isso acontecia devido aos costumes da população e ao aparato policial que era bastante deficiente na época, além disso até os delegados encontravam dificuldades em lidar com uma guarda permanente de soldados, ainda assim sujeitos que não possuíam nenhuma experiência juntavam-se tropa para ajudar a capturar os criminosos.

Com o intuito de analisar a questão da educação no contexto carcerário e levantar suas limitações, desafios e possibilidades também do ponto de vista dos reclusos, tivemos contato com a tese de doutorado de Lucena (2014). Na pesquisa, a autora se propôs a refletir as experiências e aprendizagens (re)construídas no cárcere por egressas e reincidentes do sistema prisional da Paraíba.

O principal questionamento levantado na pesquisa de Lucena (2014) é se as aprendizagens adquiridas ao longo da vida - por intermédio das experiências de socialização, foram propiciadoras da entrada dessas mulheres na prisão, o que dizer delas quando somam a essa bagagem de experiências e aprendizagens (marcadas pela negação de direitos humanos básicos) um novo repertório de aprendizagens ligado às experiências de dominação e subjugação próprias do contexto prisional, e ao mesmo tempo ao desejo ontológico de liberdade?

Os depoimentos, quadro 1, coletados por Lucena (2014), em sua pesquisa, revela o caráter pendular das aprendizagens informais na prisão “de um lado atreladas aos

efeitos negativos da prisionização e às características peculiares da cultura prisional e de outro, ao sentido particular/subjetivo que se lhes deram, sentido este que se constrói por meio da perlaboração, ligação e (trans)formação dos primeiros processos de aprendizagem em uma figura biográfica de experiências”.

Quadro 1. Aprendizagens informais no contexto da prisão.

Iara, egressa, 36 anos	<i>[...] até na maneira que a gente fala... a gente tem que saber se expressar, porque senão o agente ou a diretora já interpreta mal. Aí tudo a gente aprende! Vamos supor... se a pessoa é ignorante [no sentido de arrogante] tem que... tem que aprender a não ser... ou então fingir né? Ou não ser ou então fingir pra poder levar a caminhada tranquila. Porque senão o tempo todo é no castigo, o tempo todo é no castigo!</i>
Jaci, egressa, 44 anos	<i>Aprende a roubar, aprende a se prostituir, aprende a fazer maconha, aprende a quebrar pedra, aprende a fazer mesclado, aprende a quebrar e fazer cigarro junto com pedra. É! Aprende a fazer sabão, sabão que é no termo pejorativo, aprende a ser lésbica, se profissionaliza, porque se ensina todo tipo de derrota lá dentro. [...]. E outra coisa, você aprende a lidar com todo tipo de ser humano. [...]. Porque lá dentro existe muito código de lei de crime, existe muitas regras do mundo do crime e você tem que se enquadrar nessas regras.</i>
Açucena, reincidente, 28 anos	<i>Ah, eu aprendi muita coisa. Eu aprendi que mesmo quando as pessoas lhe tratam mal... a gente tenta não... mesmo que naquela hora tu fique com vontade de matar também... mas [...] a gente não deve revidar totalmente, por que? Porque se torna uma coisa maior. [...], aqui você tem que aprender a suportar muita coisa, porque senão, ou você mata ou você morre! Porque se você quisesse um canto mais calmo ou melhor, você não cometia delito pra vim pra esse lugar. Porque aqui é assim minha filha, ou você aceita ou você se lasca (risos). Ou a pessoa te ajuda ou a pessoa te lasca.</i>
Iracema, egressa, 44 anos	<i>Aprende... é o seguinte: aprende coisa boa e coisa ruim. Porque é aquele tipo... tem gente que tem o instinto de ser aquela pessoa que ela é mesmo. Não muda! Nasceu pra aquilo ali, ser aquela pessoa ali e não mudar de jeito nenhum!</i>

	<p><i>Aí já tem aquela pessoa mais ou menos, que quer mudar e fica balançando assim. Aí já tem aquela pessoa que... quer mudar de todo jeito, quer ter uma vida normal. Tem três tipos. Tem o que não quer de jeito nenhum, e o outro fica só... balançando... e o outro quer de uma vez! Entendeu como é? [...] É assim. Aí o povo diz assim “Não, às vezes fica pior!”. Fica se eu quiser! [...] Porque se eu quiser ir nessa linha aqui eu vou, que é a da ruindade né? Se eu não quiser eu vou na boa, eu fico só nessa. Pronto!</i></p>
<p>Maiara, egressa, 33 anos</p>	<p><i>Aprendi a respeitar os espaços de todo mundo, entendesse? Aprendi a respeitar... porque lá você tem o seu espaço e tem que saber respeitar o espaço do outro. Porque se eu durmo na cama... quem dorme no chão quer o seu espaço, quer seu cantinho pra deitar e tentar dormir né? Você tem que aprender a respeitar. Então eu aprendi a respeitar o espaço das pessoas entendeu? Aprendi demais! Isso hoje eu faço que só!</i></p>
<p>Araci, reincidente, 31 anos</p>	<p><i>Eu aprendi muitas coisas né, principalmente o que eu gosto de fazer, trabalhar. [...]. Muita coisa... que nem eu já disse... aprendi a fazer uma massa de cimento, a rebocar, a pintar, ajeitar um cano, ajeitar uma torneira. Eu gosto de trabalhar nessas coisas. [...]. Distrai a mente, ocupa mais.</i></p>
<p>Potira, reincidente, 22 anos</p>	<p><i>Eu acho que lá dentro mesmo... dentro daquele corredor, dentro daquelas grades a pessoa só aprende coisa ruim. Agora... como eu disse né... que eu não procuro fora [fora da cela]... mas se você for procurar... com certeza você vai aprender coisas boas...[...]. Mas eu acho também que a pessoa aprende a ser mais humilde. Muita gente... quem é muito... se acha demais... termina aprendendo a ser mais humilde. Até porque quando chega vai dormir no chão... na porta do banheiro. Tem que aprender a ser humilde pra ver se as pessoas gostam né, e começam a ajudar. Assim humilde... acho que a pessoa deixa também de ser mais avarento... aprende a dividir as coisas... aprende a compartilhar as coisas... os sentimentos... aprende a compartilhar as coisas pessoais... as coisas materiais. [...].</i></p>

Fonte: Lucena (2014).

A autora conclui, por fim, que a reintegração social da população feminina

encarcerada, traduzida na emolduração de biograficidades, depende tanto da articulação entre as diferentes formas de aquisição de aprendizagens (formais, não formais e informais) provenientes da prisão; como da educação da sociedade para o alcance deste propósito ao aceitá-las de volta.

Para a melhor apresentação e explicitação dos dados revelados a partir dos questionários e das observações, os resultados aqui expostos estão subdivididos a partir dos olhares dos participantes: alunos e professores da escola pesquisada, conforme veremos a seguir.

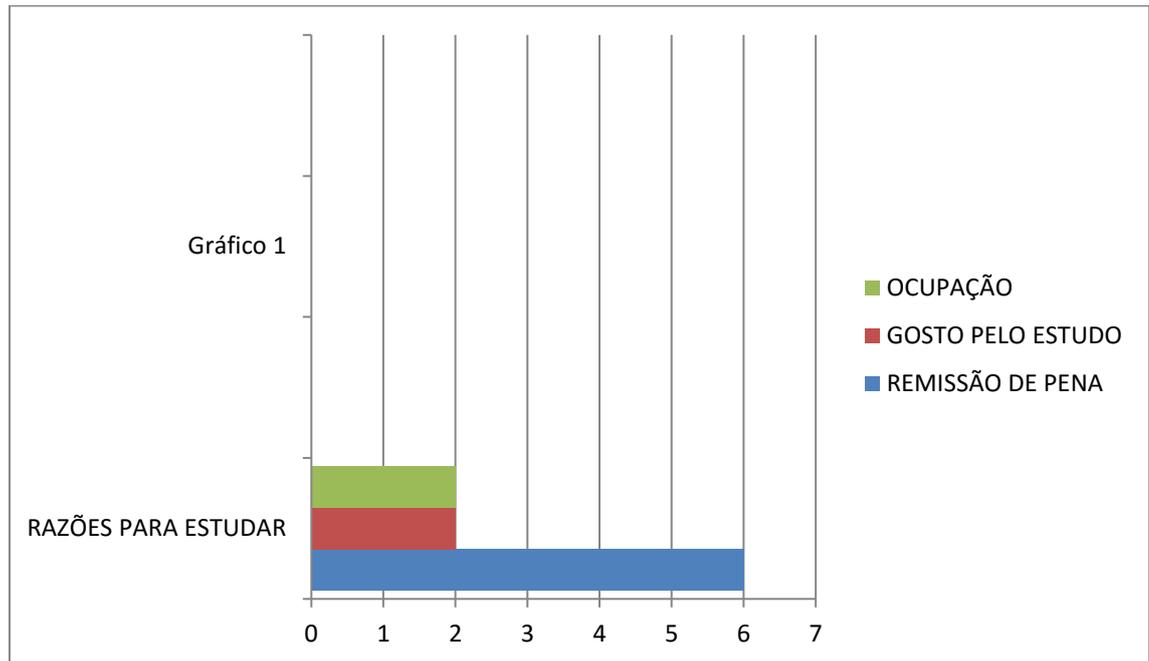
3.2 A prática docente no cárcere privado: o olhar do aluno

Foram aplicados questionários com 10 alunos do sexo masculino os quais se prontificaram a responder os questionários. Quanto à escolaridade, dos participantes consultados, cinco estão cursando o Ensino Médio e os outros cinco cursam a Telessala do Ensino fundamental o que equivale de (5^a à 8^a séries).

Uma das perguntas feitas aos alunos foi: Há quanto tempo você estuda nesta escola? Dois alunos frequentam a escola há menos de um ano. Cinco frequentam a escola desta unidade prisional há dois anos, dois deles vem frequentando a escola no período de três anos e um já frequenta a escola de 5 á 7 anos. Todos eles estudam no período de segunda à sexta-feira, tendo assim 5 dias de aula na semana.

Outra pergunta (Figura 1) foi direcionada aos participantes foi a seguinte: Qual o motivo que te levou a estudar nesta escola?

Figura 1. Razões para estudar. 2015.



Como pode-se perceber, 6 dos alunos frequentam a escola apenas pela remissão de pena, 2 frequentam porque gostam de estudar. Outros 2 tem a escola como mero passatempo, ainda assim, a cada três dias estudados eles ganham 1 dia a menos na sua pena.

A aprovação e sanção da Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remissão de parte do tempo de execução da pena por estudo ou trabalho. A execução deste projeto de lei conseguiu unificar muitas propostas legislativas, as quais estavam em andamento no Congresso Nacional desde o ano de 1993.

Segundo Onofre (s/d):

“A escola visa ser apontada como local de comunicação, de interações pessoais, onde o aprisionado pode se mostrar sem máscaras, afigura-se, portanto, como oportunidade de socialização, na medida em que oferecerão ao aluno outras possibilidades referenciais de construção de sua identidade”.

Outra pergunta feita aos reeducandos foi: A sua escola cumpre o papel de ressocializar os reeducandos?

Os resultados mostram que dos 10 consultados, 9 acham que a escola cumpre o papel de ressocializá-lo, apenas 1 acha que não. Todos alunos ainda alegaram que a

escola não possui cursos profissionalizantes, mas afirmaram que sempre que possível a escola desenvolve projetos pedagógicos envolvendo todas as turmas.

Outra pergunta realizada foi: O que você fazia antes de chegar à prisão. Todos os reeducandos acham as aulas muito proveitosas. Porém, 7 dos participantes relatam que quando vão para a escola, muitos dos presos que vivem com eles nos pavilhões os criticam por achar que a escola é uma besteira e pura perda de tempo. Já os outros 3 participantes responderam que os presos que não frequentam a escola acham normal eles irem à escola dentro dos presídios.

Outra pergunta feita para os reeducandos foi: O que te fez vir para a escola desta Unidade Prisional?

Na visão dos alunos, para que a unidade prisional se torne um ambiente melhor ela precisa oferecer cursos profissionalizantes, outros acham que tem muitas coisas para serem analisadas, entre elas a comida, e ainda enfatizaram que muitos detentos que não tem o direito de ir e vir. Alguns detentos acham que as autoridades deveriam ter um olhar diferente para este infrator dentro do ambiente prisional até quando forem inseridos de volta ao convívio social, isso melhoraria muito até para a possível inserção no mercado de trabalho.

Ambos os estudantes apontaram que quando saírem da prisão pensam em continuar a estudar, a trabalhar e cuidar da família:

Onofre (s/d) aponta que:

“A escola é um texto escrito por várias mãos, sua leitura pressupõe o entendimento de suas conexões com a sociedade e de seu próprio interior. Resgatar a identidade da escola, sua intencionalidade, seus compromissos, é tarefa dos educadores em quaisquer espaços educativos”.

A sala de aula de qualquer espaço educativo é portadora de várias culturas, cidadanias, entidades; é na escola que se trabalha esse jogo de filiações e pertences, onde o professor tem papel fundamental, que é o resgate da liberdade.

Uma outra pergunta feita aos alunos foi: Como são as aulas e quais atividades você mais gosta de fazer aqui? Para o encarcerado, a escola possui inúmeros significados, como argumenta Santos (2009), dentro de um espaço fechado que é a prisão, a sala de aula é um ambiente onde se discute cidadania, trabalho, reintegração social dentre outros temas que se fazem presente no contexto prisional, mas que não

são tratados da forma como deveria ser.

Outra pergunta (Quadro 2) que foi direcionada aos reeducandos: Na sua opinião, o que deve acontecer para que a escola fique melhor?

Quadro 2. Desenvolvimento das aulas e atividades de maior afinidade.

Participante	Resposta
A1	Melhorar a merenda, ter aulas nos computadores, entre outras coisas que só existem no papel, mas que não se cumpre
A2	Para a escola se tornar um local melhor precisa de incentivo do governo trazendo cursos técnicos para a escola
A3	Precisa melhorar a merenda
A4	O que a escola precisa fazer é quando o aluno precisar da remissão, ajudá-lo no processo para facilitar a sua saída junto ao advogado, pois este lugar maldito não ensina nada de bom, só na escola é que a pessoa aprende alguma coisa que vale a pena usar lá fora
A5	O que precisa ser melhorado é a merenda
A6	No momento está tudo bom demais, não tenho nada do que reclamar, pois está tudo bom.
A7	É que o aluno tenha direito a remissão, quando terminar o Ensino Médio, e que a remissão seja dada a ele assim que ele sair, e sobre as aulas de educação física precisam ser melhoradas, porque hora tem e hora não tem
A8	A escola é muito boa, mas para que ela fique ainda melhor falta trazer cursos para aqueles alunos que já concluíram e para os que estão concluindo, fazer uma merenda melhor para todos os alunos
A9	Que a merenda volte a ser como nos outros anos, assim muitos frequentavam as aulas com mais vontade
A10	Precisava ter mais merenda e diminuir mais a pena

Assim, a educação tem um papel importante de atuar na ressocialização do ser aprisionado, a característica fundamental do educador dentro dos espaços prisionais é

saber lidar com os conflitos, saber trabalhar com as contradições e com a exclusão (GADOTTI, 1993. p. 143 *apud* PORTUGUES, 2001, p. 361).

3.3 A prática docente no cárcere privado: o olhar dos professores

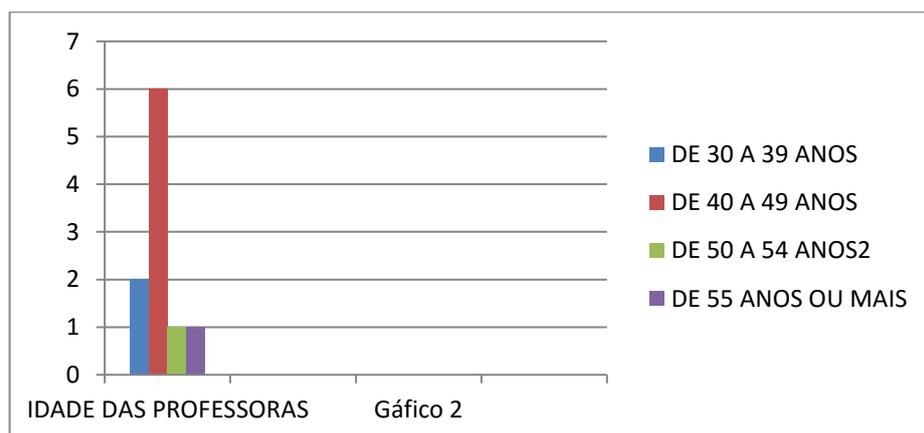
Os participantes desta categoria são todos do sexo feminino, professoras que atuam nas turmas de 1ª fase, 2ª fase, Telessala Fundamental e Telessala do Ensino Médio. A primeira pergunta feita foi: Há quanto tempo elas atuam na educação?

Das 10 professoras, três atuam na educação entre 1 e 5 anos, já um atua na área entre 6 a 10 anos, outras 5 já atuam de 11 a 15 anos e apenas uma delas já está na educação há mais de 15 anos.

A outra pergunta feita às professoras foi: Quanto tempo você atua na Unidade Prisional? O resultado mostra que sete das 10 professoras atuam na Unidade prisional há pouco tempo no período de 1 a 5 anos, uma delas já está inserida no ambiente prisional no período de 6 a 10 anos, e outras duas já trabalham na penitenciária de 11 à 15 anos.

Vejamos agora a figura 2, o qual mostra a idade das professoras que responderam o questionário.

Figura 2. Idade das professoras. 2015.



Como podemos perceber no gráfico acima, duas delas possuem idade de 30 à 39 anos, seis delas tem idade entre 40 e 49 anos, uma delas tem idade entre 50 e 54 anos e uma possui mais de 55 anos.

Segundo Frade (2008) apud Gomes e Nunes (2008):

[...] se a construção da criminalidade está fundada, como já referido, sobre questões econômicas, culturais, políticas e filosóficas; se a definição do transgressor é fruto da aplicação automática e impensada de valores internalizados e por vezes invisíveis a nós mesmos, o desafio da intervenção parece centrar-se na ética cidadã a ser recuperada, reconstruída, elaborada (p.7). Das participantes que responderam o questionário, 8 possuem ensino superior completo 4 na área de pedagogia, 4 em outros cursos a nível superior e duas delas concluíram o magistério de nível médio e estão cursando faculdade.

Outra pergunta feita às professoras foi: Você já participou de alguma formação continuada para professores que atuam em escolas nas prisões nos últimos anos?

Das 10 professoras, 6 tiveram capacitação para atuar dentro dos espaços prisionais nos últimos anos e 4 delas não participaram de nenhuma capacitação neste âmbito. Todas enfatizaram que, no período de sua formação acadêmica, não houve preparação para atuar nas Unidades Prisionais.

As professoras ainda apontaram as semelhanças e diferenças que há entre a escola onde atuam e as escolas que estão fora do contexto prisional: “a semelhança é a responsabilidade de toda a equipe para realizar o trabalho” (M.A.S.). “A diferença é justamente a limitação de espaço das atividades pedagógicas” (M.R.C.A.). Já a outra falou “que é interessante, pois temos uma clientela diferenciada em relação aos alunados das demais escolas” (M.S.S.).

Outra professora falou que “atuar como educador é muito bom principalmente com jovens e adultos, mas nos deparamos com a falta de atenção tanto da Secretaria de Educação como da SERES” (L.C.L M.), a outra participante disse que “é um grande desafio, porém o detento é uma pessoa que têm uma experiência de aprendizagem positivas e negativas, assim como aqueles que não são detentos também as possuem, o importante é lhes dar uma oportunidade de mudar através da educação” (R.A.P.).

Em contrapartida, a outra professora argumentou que “a melhor parte é que o alunado nos aceita muito bem e nos respeitam, o ruim é não poder realizar algumas atividades por conta da segurança” (M.J.O). Já a outra participante falou que “é difícil trabalhar, pois no sistema existem normas que nas escolas da rua não existe” (A.M.S). Do ponto de vista de outra educadora “é difícil, porém quando se trabalha com seriedade torna-se mais fácil, principalmente quando se tem experiência com essa modalidade de ensino (EJA).

“A falta de material, os obstáculos, os alunos que não querem levar a sério, isso existe em qualquer ambiente escolar, são semelhanças e diferenças que prevalecem em qualquer ambiente escolar” (J.B.O.S.).

Quanto aos conteúdos trabalhados são os mesmos de uma escola localizada fora. A diferença é que trabalhamos com pessoas privadas de liberdade as quais precisam ser ressocializadas (E.M.N.), Para a última participante “atuar na escola de unidade prisional apresenta um grande desafio” pois “trabalhar a educação dentro de presídios e penitenciárias, onde se lida com pessoas socialmente excluídas da sociedade, mas que não deixaram de ser gente (...)” (M.C.L.B.)

Para Maria (1996) apud Gomes e Nunes (2008):

[...] o desafio está situado em transcender esta realidade (...) a partir de uma filosofia revolucionária da educação, que tenha em seu bojo uma práxis eminentemente transformadora, no ensino-aprendizagem. Práxis esta que não reproduza o “status quo”, mas ao contrário que aponte para a edificação de uma nova humanidade, passando pela educação.

Sobre como são planejadas as atividades das aulas foram apontado que “as aulas são bastante diversificadas, seguindo o planejamento da Educação de Jovens e Adultos e, também, adaptando isso tudo à realidade dos educandos” (M.A.S.). Outra participante afirmou: “planejo minhas aulas semanalmente, as escolhas das temáticas são de acordo com a necessidade da turma, considerando que é de grande relevância para a aprendizagem e principalmente o que é de interesse dos alunos” (M.R.C.A.). Já a outra argumentou que “procura expor os conteúdos de forma prática e objetiva, ainda utiliza vídeos, reportagens e etc.” (M.S.S.).

Em contrapartida, outra educadora falou que “este ano recebemos OTM’s e nos policiamos em relação ao planejamento, mesmo assim não existe nada direcionado às Telessalas. Então tentamos adaptar de acordo com as necessidades de aprendizagem de nossos alunos (L.C.L.M.). No entanto a outra educadora explanou que “procurou fazer meu planejamento de acordo com as necessidades dos educandos e seguindo a prática normal, com o uso de vídeos, DVDs, livro didáticos” (R.A.P.).

Do ponto de vista desta educadora “As aulas são planejadas de acordo com a realidade dos nossos alunos, trabalhando as temáticas relevantes a ressocialização” (M.J.O.). Outra participante falou “Sigo o PNE as temáticas, organizo minhas aulas com livros documentários, filmes e etc”. (A.M.S.). Já a outra professora argumentou ” em

relação a minha prática pedagógica procuro utilizá-la de forma que venha atender a necessidade dos reeducandos. As aulas são voltadas a realidade e necessidade dos alunos.

Assim como o planejamento deverá ter um olhar diferenciado. (J.B.O.S.), do ponto de vista de outra participante “Quanto à prática pedagógica procuro aulas que envolva dinamismo, e os reeducandos possam participar com entusiasmo. (E.M.N.). A última educadora argumentou que apesar dos obstáculos enfrentados não está disposta a desistir, pois “acredita na transformação do homem através da educação (...), na valorização dos profissionais que atuam na escola de Unidades Prisionais e numa política pública voltada para esta e outras especificidades” (M.C.L.B.).

Antunes (2007), salienta:

“O educador, em qualquer instância ou representação de ensino formal, representa um ser humano ímpar em subjetividades, inter-relações e construções de saberes. Sempre em desenvolvimento, compõe em si valores, hábitos, concepções e ações educativas que o identificam como tal”.

As professoras mostraram preocupação com a mobilização de práticas pedagógicas e/ou metodológicas que partam dos interesses, desejos e necessidades dos alunos, o que é muito importante e fundamental no processo da construção da aprendizagem.

As participantes afirmaram que dentro desta unidade prisional a avaliação é feita através das atividades diárias como: provas, trabalhos, debates, provas escritas, questões de múltipla escolha, leituras, etc. As professoras destacaram como sendo mais importante no processo de avaliação a participação dos alunos. Também afirmaram que temas como ética, direitos humanos e drogas são continuamente trabalhados no processo de ensino-aprendizagem, utilizando-se debates, filmes, palestras.

Uma das docentes afirmou que “o maior desafio de trabalhar na Unidade Prisional é a permanência do aluno e os obstáculos por parte do sistema prisional” (M.A.S.), já outra professora afirmou que “o maior desafio é pensar em projetos que não podem ser vivenciados, pelo fato de serem alunos privados de liberdade” (M.R.C.A.), em contrapartida outra educadora afirmou que “o maior desafio é trabalhar e reeducar pessoas que praticaram diferentes delitos” (M.S.S.). Outra participante falou: “precisamos de uma política pedagógica voltada para EJA nas prisões”.

“O nosso maior desafio é o verdadeiro sentido da palavra ‘ressocialização’ na prática dos nossos reeducandos” (L.C.L.M.). Outra professora falou da necessidade de um plano de formação para profissionais da educação, os quais atuam no sistema penitenciário, a falta de currículo escolar, de um projeto político pedagógico, voltado para o ambiente prisional, um salário de qualidade para os profissionais da educação nas Unidades Prisionais (R.A.P).

Outra educadora falou da “limitação por conta da segurança. O fato de não poder realizar certas atividades que são realizadas em qualquer outra escola que não seja em Unidade Prisional”. (M.J.O), do ponto de vista desta educadora “o grande desafio é trabalhar o diferente e conhecer de perto o que está por trás das cortinas” (A.M.S.), está educadora frisou que “deve-se manter um bom relacionamento, professor e alunos, ter argumentos suficientes para manter o aluno na escola, ou seja, torná-lo frequente às aulas, respeitar limites e regras uma vez que se é limitado a tudo, trabalhar com as condições que nos são oferecidas para poder desempenhar seu profissionalismo com êxito, esse é o maior desafio de se trabalhar numa escola prisional” (J.B.O..S.).

Já outra participante argumentou que “são as regras, os limites que muitas vezes nos impedem de fazer um trabalho de melhor qualidade” (E.M.N). Para esta última educadora “O maior desafio de trabalhar em uma escola de Unidade Prisional são as barreiras do preconceito social, ainda muito forte. Há, também, a rotatividade dos reeducandos e as transferências, sem aviso prévio, dos alunos-detentos” (M.C.L.B.).

4 CONCLUSÕES

A prática docente no cárcere privado não pode ser vista como uma simples atividade de ocupação, preenchimento do tempo, distração de mente, apenas para o aluno sair da cela para outro espaço para conquistar benefícios jurídicos, aprender a ler, escrever e fazer contas, ser aprovado nas provas. A Escola da Unidade Prisional pesquisada é percebida pelos alunos, professores e gestão como algo positivo dentro da penitenciária; como lugar onde se vive experiências através da interação, do respeito mútuo, da troca e da cooperação. Um lugar que contribui para que a pena possa ser vivida de maneira humana.

A escola tornou-se um ponto de encontro de diferentes pavilhões. É nesse espaço que o professor procura moldar as atitudes, as capacidades e as ideias dos alunos, através da manifestação do comportamento transformador, pois a escola é um local de comunicação, de interações interpessoais onde o ser aprisionado tem a oportunidade de (re)construir sua vida, na medida que oferece ao alunado possibilidades éticas para a (re)construção de sua identidade, incentivando-os na retomada de sua vida como dignidade.

Para os docentes, a unidade educativa é responsável pelo desenvolvimento de habilidades e/ou competências dos alunos, possibilitando-lhes tornarem-se cidadãos atuantes, que tem consciência de seus direitos e deveres dentro da sociedade. O maior desafio em ser um profissional da educação, trabalhando dentro de presídios e penitenciárias, é promover uma educação como resgate social e com dignidade humana.

Conclui-se, que o professor não dá conta do trabalho de ressocialização sozinho, pois faz-se necessário a união de todos os profissionais que trabalham no sistema prisional. Não há formações pedagógicas para serem trabalhadas com os professores, ocasionando um despreparo dos mesmos, o que nos leva a apontar a urgência de novos estudos sobre tal temática.

Apontamos, por fim, que alunos, professores e gestores que atuam em escolas dentro do sistema prisional, não podem ser esquecidas pelas políticas públicas, nem pela sociedade civil, pois só teremos um país justo quando todos tiverem seus direitos plenamente respeitados.

5 REFERÊNCIAS

- ALBANO, S. **Michel Foucault: glossário de aplicaciones**. Buenos Aires: Quadrata, 2005.
- ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ANTUNES, D. D. **Relatos significativos de professores e alunos e sua autoimagem e autoestima**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

AQUINO, J. G. (Org.). **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

AQUINO, J. G. *A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico*. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, Rio de Janeiro, v. 28, n. 53, p. 301-324, abr./jun. 2013.

ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In.: SOARES, L. J. G.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 19-50, 2005.

BARROS, A. J. S. LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BOIAGO, D. L.; NOMA, A. K. **Políticas Públicas para a Educação Prisional: Perspectivas da Onu da Unesco**. 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/1429/240>>. Acesso em: 24 out. 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Lei nº 9394 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei nº 12.433/29 de junho de 2011.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

BRASIL. Ministério da Justiça (MJ). **Sistema Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen)**. InfoPen estatística 2009. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C684B92ITEMID857642E424BA450FB23C694F67B340DBPTBRIE.htm>>. Acesso em 26/06/2015. Acesso em: 16 jan. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 6. ed. atual. n. 57. Barueri, SP: Manole, 2009.

CARREIRA, Denise; CARNEIRO, Suelaine. **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação**. Educação nas Prisões Brasileiras. Plataforma DhESCA Brasil. São Paulo: 2009. Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=289:educacao-nas-prisoas-brasileiras&catid=127:relatorios&Itemid=154>. Acesso em: 2 jul. 2011.

DE MAEYER, M. Na Prisão, Existe a Perspectiva da Educação ao Longo da Vida? Alfabetização e Cidadania. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**: diversidade do público da EJA. Brasília: UNESCO/RAAAB, n. 19, p. 17–37, jul. 2006.

DI PIERRO, M. C. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos

no Brasil. In: UNESCO, MEC, RAAAB. **Construção coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília, 2005.

FERREIRA, R. A. O tronco na Enxovia; Escravo e livres na prisões paulistas dos oitocentos. In.: História das prisões no Brasil. MAIA, C. N.; COSTA, M. et al. Rio de Janeiro: ROCCO, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEGE – Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso. **Palavras e contrapalavras: Glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

GEHLEN, S. T.; DELIZOICOV, D. A dimensão epistemológica da noção de problema na obra de Vigotski: implicações no ensino de ciências. **Investigações em Ensino de Ciências**. v. 17, n. 1, p. 59-79, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, S. F.; NUNES, S. C. **O olhar do supervisor escolar para as políticas públicas das escolas prisionais**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2008.

GRACILIANO, M.; SCHILLING, F. A Educação na Prisão: hesitações, limites e possibilidades. **Estudos em Sociologia**. v. 3, 2008. Disponível em: <<http://200.145.78.103/estudos/article/viewFile/1148/934>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

HADDAD, S. Separação entre as perspectivas econômicas e sociais que impõem limites ao desenvolvimento latino-americano. In.: KRAWCZYK, N.; WAANDERLEY, L. E. (Org.). **América Latina**: Estado e reformas numa perspectiva comparada. São Paulo: Cortez, 2003.

IRELAND, T. D; LUCENA, H. H. R. O Presídio Feminino como Espaço de Aprendizagens. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 113-136, jan./mar. 2013.

IRELAND, T. D. Vinte anos de Educação para Todos (1990-2009): um balanço da educação de jovens e adultos no cenário internacional. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 82, 2009.

JOHNSON, K. **Second Language Teacher Education**: A sociocultural perspective. New York: Routledge, 2009.

JULIÃO, E. **A educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade**:

desafios e perspectivas para a consolidação de uma política nacional, 2009.

JULIÃO, F. E. As Políticas de Educação para o Sistema Penitenciário. **In.:** Educação Escolar Entre as Grades. EDUFScar, São Carlos, 2007.

LEME, J. A. G. A cela de aula: tirando a pena com letras. Uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios. In: ONOFRE, E. M. C. (Org). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

LIMA, R. C. **A sociedade criminal e suas facções criminosas**. Londrina: Edições Humanidades, 2003.

LUCENA, H. H. R. “**É o seguinte, na prisão a gente aprende coisa boa e coisa ruim!**”: Interfaces das aprendizagens biográficas (re)construídas na prisão e os desafios e dilemas pós-prisionais enfrentados por egressas e reincidentes do sistema penitenciário paraibano. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2014.

MACHADOS, A. E. B.; SOUZA, A. P. R.; SOUZA, M. C. Sistema penitenciário brasileiro. Origem, atualidade e exemplos funcionais. **Rev. Metodista**, v. 10, 2013.

MAEYER, M. Aprender e desaprender. **In.:** Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília: UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.

MELO, H. P. Gênero e pobreza no Brasil. Relatório Final do Projeto **Governabilidad Democrática de Género en América Latina y el Caribe**. Brasília. CEPALSPM, 2005. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/GGeneroPobreza_Brasil04.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

OLIVEIRA, M. K. “Vigotski e o processo de formação de conceitos”. **In:** LA TAILLE, I. *et al.* **Piaget, Vigotski e Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Bagaço, 2005.

ONOFRE, E. M. C. **Educação escolar na prisão na visão dos professores**: um hiato entre o proposto e o vivido. UFScar/SP. s/d. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/836/640>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

ONOFRE, E. M. C. A escola da prisão como espaço de dupla inclusão: no contexto e para além das grades. **Polyphonía**, São Paulo, 2011.

ONOFRE, E. M. C. **Escola da Prisão**: espaço de construção da identidade do homem aprisionado? UFScar/SP. s/d. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT06-1943--Int.pdf>>. Acesso

em: 20 jun. 2015.

PEDROSO, R. C. Utopias penitenciárias: projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. **Rev. Hist.**, São Paulo, n. 16, jul. 1997.

PEREIRA, R. C. A construção social e psicológica do texto escrito. In: ROCA, P. (Orgs.). **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, p. 113-142, 2009.

PIMENTA, S. M. GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTEL, S. M. Gênero e Penas Alternativas: Um Olhar Sobre os Cursos Profissionalizantes. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

PIRES, S. R. A. **Sistema Penitenciário: Atribuições profissionais, condições de trabalho e projeto ético-político-profissional**. Palestra ministrada em Presidente Prudente (SP), 2015.

PORTUGUESES, M. R. Educação de adultos presos: possibilidades e contradições da inserção da educação escolar nos programas de reabilitação do sistema penal no Estado de São Paulo. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, 2001a.

PORTUGUESES, M. R. Educação de adultos presos. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v, 27, n. 2, p. 355 - 374 jul./dez. 2001.

RIBAMAR, S. J. Prisão: “ressocializar pra reincidir”. 2003. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/depen/downloads/monografiaribamar.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SANTOS, L. M. **A contribuição da educação escolar para ressocialização de adultos presos**. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2009.

SANTOS, S. **A educação escolar no sistema prisional sob a ótica de detentos**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, J. R. **Prisão: ressocializar para não reincidir**. Monografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR, 2003. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_joseribamar.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

SINGER. P. **A economia solidária no sistema penitenciário**. Brasília: Senaes, 2006.

SOUZA, F. M. **O cinema como mediador na (re)construção de crenças de professores de espanhol-língua estrangeira em formação inicial.** Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, USP, 2014.

SOUZA, P. **PCC: O sindicato do crime.** São Paulo: Ediouro, 2006.

STONES, E. **An introduction to educational psychology.** London: Mathuen, 2008.

UNESCO. Declaração de Hamburgo. V Conferência Internacional de Educação de Adultos - CONFINTEA V. Hamburgo, Alemanha, jul. 1997.

UNESCO. Educando para a liberdade: trajetória, debates e propostas de un projeto para a educação nas prisões brasileiras/Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília, 2006.

UNESCO. Instituto de Educación (UIE), OREALC/Santiago. La Educación de Jóvenes y Adultos em América a y el Caribe: hacia un Estado del Arte: Informe Regional de América Latina y el Caribe para la Conferencia de Seguimiento a CONFINTEA V. Santiago, Chile, enero, 2005.

UNESCO. Conferência Internacional sobre educação de adultos (V, 1997: Hamburgo, Alemanha): Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro – Brasília: SESI/ UNESCO, 1999. (Série SESI/ _____ – Educação do Trabalhador, 1999). 67 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

UNESCO. **Educação em prisões na América Latina:** direito, liberdade e cidadania. Brasília: UNESCO, OEI, AECID, p. 61-71, 2009b.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. Metodologia na investigação de crenças. **In:** Barcelos, A. M. F. e Vieira Abrahão, M. H. (Orgs.). Crenças e Ensino de Línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores. Campinas: Pontes, p. 219-231, 2006.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. A formação do professor de línguas estrangeiras de uma perspectiva sociocultural. **Signum.** Estudos de Linguagem, v. 15, p. 457-480, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Tradução: José Cipolla Neto et al. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.